



EDUCAÇÃO SEXUAL E POLÍTICAS PÚBLICAS: CONSTRUÇÃO DE IDENTIDADES E NARRATIVAS DE GÊNERO E SEXUALIDADE NO BRASIL E MOÇAMBIQUE

TONE ERNESTO SILVA; MACHAVA ALIANTE XAVIER

RESUMO

Este artigo tem como objetivo analisar criticamente as narrativas de gênero e sexualidade veiculadas por meio da educação sexual no Brasil e em Moçambique, com foco em suas implicações para a formação de identidades e a promoção da justiça social. A pesquisa adota uma abordagem qualitativa, utilizando revisão bibliográfica e análise documental de políticas públicas, currículos escolares e materiais pedagógicos. Parte-se da premissa de que a educação sexual é um espaço de disputa, onde discursos hegemônicos e alternativas emancipadoras coexistem e se confrontam. A análise comparativa entre os dois países revela que ambos compartilham desafios significativos, como a persistência de tabus culturais, a resistência de setores conservadores e a exclusão sistemática de grupos marginalizados, incluindo mulheres, pessoas LGBTQIA+ e jovens de contextos rurais. No entanto, as políticas públicas refletem trajetórias distintas: enquanto o Brasil possui um histórico mais consolidado de inserção de temas relacionados à diversidade nos currículos, Moçambique enfrenta maiores obstáculos estruturais, mas demonstra crescente engajamento em iniciativas locais de educação inclusiva. Os resultados destacam que, em ambos os contextos, as iniciativas educativas que desafiam as normas tradicionais têm potencial transformador, especialmente quando articuladas com movimentos sociais e lideranças comunitárias. O estudo conclui que a educação sexual, quando ancorada em princípios de igualdade e respeito à diversidade, pode atuar como uma ferramenta poderosa para a construção de identidades plurais e o combate à discriminação. Recomenda-se o fortalecimento das políticas públicas e a formação de educadores para lidar com a complexidade das questões de gênero e sexualidade, promovendo práticas pedagógicas que favoreçam a inclusão e a emancipação social.

Palavras-chave: Currículo, diversidade, hegemonia, marginalização, resistência

1 INTRODUÇÃO

A educação sexual é um componente essencial da formação integral, contribuindo para o desenvolvimento da autonomia, da saúde e da cidadania (FIGUEIRÓ, 2001). Contudo, sua implementação é condicionada por contextos socioculturais, políticos e religiosos, que moldam as narrativas sobre gênero e sexualidade. No Brasil e em Moçambique, países com heranças coloniais e desafios sociais distintos, a educação sexual enfrenta tensões entre políticas públicas progressistas e resistências conservadoras (NUNES, 1996; FURLANI, 2012). Essas tensões se refletem no currículo escolar e nas práticas pedagógicas, impactando a construção das identidades juvenis.

Dada a relevância do tema, este estudo busca analisar criticamente as narrativas de gênero e sexualidade veiculadas na educação sexual, investigando como elas contribuem para a construção ou marginalização de identidades. Especialmente nos contextos de Brasil e Moçambique, onde a discriminação contra grupos marginalizados, como pessoas LGBTQIA+, persiste, a educação sexual pode atuar como ferramenta de transformação social (RIBEIRO,

2013).

A partir de uma análise comparativa entre Brasil e Moçambique, este trabalho visa identificar convergências e divergências nas abordagens educacionais, destacando práticas que possam subsidiar políticas públicas mais inclusivas. Assim, pretende-se contribuir para o desenvolvimento de estratégias pedagógicas que valorizem a diversidade e promovam a justiça social.

Objetivo Geral: Analisar as narrativas de gênero e sexualidade presentes na educação sexual no Brasil e em Moçambique, evidenciando seus impactos na construção de identidades e seu potencial transformador no âmbito das políticas públicas e práticas pedagógicas.

2 MATERIAL E MÉTODOS

Este estudo adota uma abordagem qualitativa, com o objetivo de compreender e interpretar as narrativas de gênero e sexualidade presentes na educação sexual no Brasil e em Moçambique. A escolha por essa metodologia justifica-se pela natureza interpretativa do tema, que exige análise crítica dos discursos, políticas e práticas pedagógicas. Trata-se de uma pesquisa documental e bibliográfica. A análise documental baseou-se em políticas públicas, currículos escolares e materiais pedagógicos utilizados nos dois países. A revisão bibliográfica envolveu livros, artigos científicos e relatórios institucionais que abordam temas relacionados à educação sexual, gênero, diversidade e inclusão.

Os dados foram coletados por meio de uma revisão bibliográfica em bases de dados acadêmicas, como Scielo, e Google Scholar, assim como foram examinados documentos oficiais, como leis, diretrizes curriculares nacionais, conteúdos curriculares adotados nas escolas públicas dos dois países.

A análise dos dados seguiu os princípios da análise de conteúdo, conforme Bardin (2011), permitindo categorizar e interpretar as narrativas presentes nos documentos e materiais revisados. Os dados foram organizados em três categorias principais: narrativas hegemônicas de gênero e sexualidade, invisibilização e marginalização de identidades, e práticas pedagógicas inclusivas e transformadoras.

Por se tratar de um estudo qualitativo, os resultados não são generalizáveis. Além disso, a disponibilidade de documentos e dados sobre Moçambique foi mais restrita em comparação ao Brasil, o que limitou algumas análises comparativas. Como o estudo utilizou apenas dados secundários, não envolveu diretamente sujeitos humanos, dispensando a necessidade de aprovação por comitês de ética.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

A sexualidade, conforme Maia e Ribeiro (2011), vai além das questões biológicas, envolvendo um conjunto de concepções culturais que abarcam sentimentos, atitudes e valores relacionados à vida sexual e afetiva. Essa perspectiva amplia o entendimento da sexualidade, superando o conceito restrito de genitalidade e incorporando elementos como afeto, práticas sexuais e relações de gênero. Louro (1997), apoiada nos estudos de Jeffrey Weeks, reforça essa visão ao destacar que a sexualidade não se resume ao corpo, mas está intrinsecamente ligada a discursos, imagens e rituais, sendo moldada por narrativas culturais e sociais que definem normas e produzem verdades sobre o tema.

O conceito de educação sexual proposto por Figueiró (2001) ressalta sua natureza ampla e multifacetada, abrangendo tanto aspectos informativos quanto formativos. Sob essa perspectiva, a educação sexual não se limita à transmissão de informações científicas sobre anatomia, reprodução ou prevenção de doenças. Ela inclui, de forma igualmente importante, a reflexão sobre valores, emoções, atitudes e normas sociais que orientam o comportamento sexual. Esse entendimento é crucial para desmistificar a ideia de que educação sexual trata apenas de "fatos biológicos", reconhecendo seu papel na formação de sujeitos críticos e

autônomos.

Adotar essa abordagem integrada torna-se ainda mais relevante em contextos escolares, onde a diversidade de experiências e perspectivas pode ser valorizada e explorada. Um programa educacional que contemple tanto a dimensão informativa quanto a formativa contribui para a construção de identidades saudáveis e relações interpessoais baseadas no respeito e na empatia. Ignorar uma dessas dimensões compromete a eficácia da educação sexual, pois deixa lacunas importantes na formação dos jovens, especialmente em temas como consentimento, igualdade de gênero e respeito à diversidade. Assim, a educação sexual, para ser completa, deve ser entendida como um processo contínuo de aprendizado e reflexão que engloba a totalidade da experiência humana.

Nesse sentido, a educação sexual emerge como um campo pedagógico que busca explorar essas múltiplas dimensões. Ribeiro (2013) destaca que a educação sexual deve ser compreendida como um espaço didático e científico, voltado para a promoção de conhecimentos sobre anatomia, fisiologia, direitos sexuais e cidadania. Nunes (1996) complementa, afirmando que ela envolve estratégias pedagógicas criativas para abordar a sexualidade de forma ampla e reflexiva.

Furlani (2012) acrescenta que um dos papéis centrais da educação sexual é desconstruir verdades únicas e modelos hegemônicos de sexualidade, expondo os jogos de poder que sustentam tais construções. A partir disso, a educação sexual deve problematizar e apresentar diversas possibilidades sexuais, reconhecendo a diversidade presente nas dimensões sociais, culturais e políticas. Essa abordagem não apenas informa, mas também fomenta o pensamento crítico, essencial para a formação de indivíduos conscientes e capazes de lidar com questões relacionadas à sexualidade de maneira autônoma e responsável.

A invisibilidade da educação sexual nos currículos escolares é uma problemática que perpetua estereótipos e desigualdades estruturais. Segundo Vicente (2024), a ausência desse tema nas instituições educacionais muitas vezes reflete a influência de visões conservadoras que desconsideram o princípio laico da educação. Essa omissão contribui para a manutenção de uma cultura machista, sexista e opressora, que silencia debates essenciais sobre respeito e diversidade.

É fundamental que a escola, como espaço de formação integral, aborde a educação sexual de maneira crítica e emancipatória. Isso significa não apenas fornecer informações sobre aspectos biológicos, mas também promover discussões sobre igualdade de gênero, orientação sexual e violência. Tal abordagem não só ajuda na superação de preconceitos, mas também cria um ambiente seguro onde os estudantes possam expressar livremente seus sentimentos, dúvidas e medos.

Figueiró (2018) destaca que uma educação sexual bem estruturada é capaz de desconstruir estereótipos e incentivar o respeito às diferenças. Assim, a escola desempenha um papel crucial na formação de indivíduos conscientes e preparados para atuar em uma sociedade plural. Ignorar essa responsabilidade é perpetuar a desigualdade e privar os jovens de ferramentas fundamentais para o exercício pleno de sua cidadania.

O currículo escolar desempenha um papel central na formação das identidades, sendo, muitas vezes, um instrumento de reprodução de narrativas hegemônicas sobre gênero e sexualidade. No Brasil e em Moçambique, os currículos refletem normas sociais que reforçam desigualdades, omitindo ou marginalizando identidades diversas. Essas invisibilizações perpetuam a discriminação, limitando o acesso a informações essenciais sobre diversidade e direitos.

No Brasil, a inserção da educação sexual nos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN), na década 90, representou um avanço significativo ao colocá-la como um Tema Transversal, sinalizando sua relevância no processo educativo brasileiro. No entanto, conforme Figueiró (2000) aponta, essa inclusão ainda enfrenta desafios substanciais para se consolidar de maneira

efetiva. Historicamente marginalizada, a educação sexual sofre com a falta de prioridade nas políticas educacionais, o que se reflete na ausência de práticas sistemáticas na maioria das escolas. Mesmo quando implementada, frequentemente ocorre de forma isolada, dependendo da iniciativa de alguns professores ou de projetos temporários de órgãos governamentais.

A divulgação da primeira versão da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) ocorreu em um contexto político marcado por intensas disputas que culminaram no impeachment da presidente Dilma Rousseff. Durante esse período, o tema do currículo foi amplamente discutido pela mídia e gerou debates sobre a educação no país, destacando questões como os direitos sociais, políticos e éticos, e a formação integral dos sujeitos. A BNCC, enquanto um parâmetro para orientar os currículos da Educação Básica, foi vista como um documento a ser construído com base em princípios de equidade, acolhimento da diversidade e alinhamento com acordos e documentos anteriormente produzidos para o setor educacional, como observaram Micarello e Frade (2016).

A elaboração da primeira versão da BNCC foi conduzida por uma equipe composta por docentes indicados por entidades como o Conselho Nacional dos Secretários de Educação (CONSED), a União Nacional dos Dirigentes Municipais da Educação (UNDIME), e por profissionais de 35 universidades. Com o objetivo de estabelecer um diálogo com as correntes contemporâneas da teorização curricular, a equipe buscou incorporar as diversidades culturais, religiosas e de gênero, com base nos currículos estaduais e do Distrito Federal (Neira; Alviano Júnior; Almeida, 2016). Essa abordagem visava refletir a pluralidade das realidades locais e atender às necessidades educativas das diversas regiões do Brasil.

Em Moçambique, desde a introdução do primeiro Plano Estratégico de Educação (PEE) em 1999, Moçambique tem buscado adaptar seu sistema educacional às mudanças políticas, sociais e econômicas do país. Cada versão do PEE, desde o PEE 1999–2003 até o atual PEE 2020–2029, reflete a visão do Governo sobre o futuro da educação, estabelecendo prioridades e estratégias para a alocação de recursos internos e externos (República de Moçambique, 1998). Nesse contexto, a inclusão de programas de Educação Sexual, alinhados com compromissos internacionais, como as Conferências do Cairo e de Beijing, é fundamental para o desenvolvimento integral dos estudantes.

A análise dos PEEs quanto à educação sexual envolve verificar se o conceito é explicitamente mencionado e se as temáticas de sexualidade e saúde sexual e reprodutiva (SSR) são abordadas dentro de uma perspectiva pedagógica. A Educação Sexual, sendo uma ferramenta essencial para o ensino e aprendizagem sobre sexualidade e SSR, deve contemplar aspectos informativos e formativos. Isso implica discutir temas como anatomia, direitos sexuais, igualdade de gênero e prevenção de doenças, sempre considerando o contexto cultural e as necessidades dos jovens.

Os PEEs, como documentos orientadores, têm a responsabilidade de garantir que a Educação Sexual seja integrada de forma abrangente e eficaz no currículo escolar. Assim, é crucial avaliar se as estratégias delineadas nesses planos refletem um compromisso real com a promoção da saúde e do bem-estar dos estudantes, abordando a sexualidade de maneira inclusiva e emancipatória.

A análise dos Planos Estratégicos de Educação (PEE) de Moçambique revela uma progressiva incorporação das temáticas de Educação Sexual e Saúde Sexual e Reprodutiva (SSR) no sistema educacional. O PEE 1999–2003, elaborado após as Conferências do Cairo e de Beijing, não menciona o conceito de Educação Sexual nem aborda questões de sexualidade sob uma perspectiva pedagógica. As poucas referências limitam-se a sanções para casos de abuso e violência sexual, evidenciando uma abordagem disciplinar e punitiva (República de Moçambique, 1998). Como consequência, os alunos não tinham um espaço formal para aprender sobre sexualidade, e os professores, sem formação específica, não podiam oferecer o suporte necessário.

Em Moçambique, o conceito de gênero no PEE é tratado de maneira limitada. As discussões referem-se principalmente às relações sociais entre homens e mulheres, sem menção explícita a outras identidades de gênero ou orientações sexuais. Embora haja um foco em assegurar equidade de acesso e sucesso para rapazes e raparigas, a ausência de uma abordagem inclusiva para a diversidade LGBTQ+ reflete as tensões culturais e políticas que cercam esse tema em contextos educativos. O plano aborda gênero exclusivamente no binômio masculino-feminino, o que limita uma abordagem mais ampla e inclusiva das questões de identidade.

Historicamente, a sexualidade tem sido um tema cercado de repressões e tabus. Desde a Idade Média, a Igreja, a Medicina, o Estado, a Escola e a família têm sido os principais agentes de controle e normatização da sexualidade humana. Esses espaços exerceram forte influência sobre o que deveria ou não ser discutido em relação à sexualidade, ao ponto de o próprio indivíduo internalizar essas normas repressivas, frequentemente sem ter plena consciência disso (Figueiró, 2000). Assim, a educação sexual, enquanto instrumento para o esclarecimento e o empoderamento dos jovens, torna-se um campo de resistência, buscando desconstruir narrativas opressivas e abrir espaço para a valorização da diversidade sexual e de gênero.

No Brasil, a educação sexual é uma questão que tem ganhado visibilidade nos últimos anos, principalmente com a implementação de políticas públicas como o Programa Saúde na Escola (PSE) e o Programa Nacional de Educação Sexual. Estas iniciativas buscam integrar a educação sexual com práticas de saúde, promovendo a conscientização sobre o HIV/AIDS, doenças sexualmente transmissíveis, métodos contraceptivos e questões de gênero. Contudo, o Brasil enfrenta uma realidade de intensos debates e resistências em torno da abordagem de temas como a identidade de gênero, os direitos LGBTI+ e a orientação sexual, o que impede a plena implementação de uma educação sexual inclusiva e livre de preconceitos. Em muitos estados e municípios, a educação sexual é tratada de maneira superficial ou, em alguns casos, completamente ausente nos currículos escolares.

Moçambique, assim como o Brasil, tem enfrentado desafios na implementação de políticas de educação sexual, mas, ao longo dos anos, tem avançado significativamente. O Programa Geração Biz, lançado em 1999, foi uma das primeiras iniciativas focadas na promoção da saúde sexual e reprodutiva entre os jovens moçambicanos. Embora esse programa tenha sido fundamental para disseminar informações sobre HIV/AIDS e sexualidade, ele foi inicialmente implementado de forma paralela ao currículo escolar, o que limitava o alcance e a eficácia das suas ações. No entanto, com a introdução do Plano Estratégico de Educação (PEE) 2020–2029, a educação sexual foi finalmente integrada ao currículo escolar como um tema transversal. Este plano incorpora a educação sexual de maneira mais abrangente, tratando de temas como gênero, violência sexual, métodos contraceptivos e o combate à discriminação, refletindo um avanço significativo em relação aos planos anteriores.

Foucault (1999) argumenta que a sexualidade é um campo disciplinar e regulatório, sendo vivida dentro dos padrões socialmente aceitos e impostos pelo sistema vigente. Em sua análise, ele descreve como as instituições sociais, incluindo a escola, atuam na construção desses padrões, não apenas impondo normas, mas também gerando um controle sobre os corpos e comportamentos. Nesse sentido, as políticas educacionais voltadas para a implementação da educação sexual nas escolas devem ser vistas como mecanismos de controle, que não só regulam o comportamento dos indivíduos, mas também buscam produzir cidadãos que se conformem a um modelo aceito de sexualidade, ou seja, o padrão socialmente determinado como apropriado.

Essas políticas e normas de sexualidade, como observadas em Moçambique e em outras partes da África, contribuem para um ambiente de exclusão e repressão, onde as variações de identidade e orientação sexual são estigmatizadas. O controle sobre a sexualidade no espaço escolar, muitas vezes, reforça esses padrões, impondo aos jovens um comportamento sexual conforme os moldes estabelecidos pela sociedade, sem abrir espaço para a diversidade de

experiências e identidades. Assim, a implementação de uma educação sexual que considere e respeite essa diversidade é fundamental para combater a opressão e a exclusão, criando um ambiente mais inclusivo, crítico e reflexivo nas escolas.

4 CONCLUSÃO

A educação sexual, quando implementada de forma crítica e inclusiva, tem um potencial significativo para promover a transformação social e a emancipação dos jovens, contribuindo para uma sociedade mais igualitária e respeitosa. Nos contextos do Brasil e de Moçambique, observou-se um progresso considerável nas últimas décadas, com a introdução de políticas públicas que buscam abordar a sexualidade e a saúde reprodutiva de maneira mais abrangente, no entanto, os desafios permanecem.

Em Moçambique, o avanço mais significativo ocorreu com a introdução da educação sexual como tema transversal no Plano Estratégico de Educação (PEE) 2020–2029, que incluiu a formação de professores e a inserção de conteúdos no currículo escolar. Embora esse plano represente um passo importante, sua implementação plena depende de fatores como a resistência cultural e a falta de recursos nas escolas, o que ainda limita a eficácia das políticas. No Brasil, a educação sexual tem sido alvo de intensos debates e resistências, especialmente devido ao contexto político e religioso, que frequentemente desafia a implementação de programas mais inclusivos. Mesmo com a existência de iniciativas como o Programa Saúde na Escola (PSE), que visa integrar a educação sexual com a promoção de saúde, a abordagem muitas vezes se restringe a aspectos preventivos, como o combate ao HIV/AIDS e a gravidez precoce, deixando de lado uma perspectiva mais crítica e socialmente transformadora.

A análise das políticas de educação sexual nos dois países revela que, apesar dos avanços, a plena realização de uma educação sexual transformadora depende de uma abordagem integrada que considere não apenas as questões biológicas, mas também os aspectos psicológicos, sociais e culturais da sexualidade. A inclusão de temas como gênero e a abordagem das questões de violência sexual, homofobia e discriminação são essenciais para garantir uma educação sexual que seja, de fato, emancipadora e inclusiva.

A formação contínua de professores é fundamental para que eles possam abordar esses temas de maneira sensível e crítica, adaptando-se às necessidades e contextos específicos de seus alunos. A colaboração com a comunidade e a família também desempenha um papel crucial na criação de um ambiente de aprendizagem acolhedor e respeitador da diversidade.

Portanto, educação sexual representa uma ferramenta poderosa na formação de indivíduos mais conscientes de sua identidade, seus direitos, responsabilidades e escolhas. Entretanto, para que seja efetiva e transformadora, deve ser tratada de maneira transversal nos currículos escolares, envolvendo não apenas os aspectos técnicos de saúde, mas também uma reflexão sobre as relações de poder, identidade e respeito mútuo.

REFERÊNCIAS

FIGUEIRÓ, Mary Neide Damico. **Formação de educadores sexuais: possibilidades e limites**. 2001. 317 f. Tese (Doutorado em Educação). São Paulo: Universidade Estadual Paulista, 2001.

FIGUEIRÓ, Mary Neide Damico. Gênero e Ideologia de Gênero: espinhosa relação. **Folha de Londrina**, Espaço Aberto, p. 2, 24 jul. 2016.

FIGUEIRÓ, Mary Neide Damico. **Educação sexual: Saberes essenciais para quem educa**. Curitiba: CRV, 2018. Não paginado.

FOUCAULT, M. **História da sexualidade I: a vontade de saber**. 13. ed. Rio de Janeiro: Graal. 1999.

FURLANI, Jimena. Educação sexual: possibilidades didáticas. In: LOURO, Guacira Lopes et al. **Corpo, gênero e sexualidade: um debate contemporâneo na Educação**. Petrópolis: Vozes, 2012.

LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, Sexualidade e Educação: uma perspectiva pós-estruturalista**. Petrópolis: Editora Vozes, 1997.

MAIA, Ana Cláudia Bortolozzi; RIBEIRO, Paulo Rennes Marçal. **Educação Sexual: Princípios para ação**. Doxa, v. 15, n. 1, p. 75-84, 2011.

MICARELLO, Hilda Aparecida Linhares da Silva; FRADE, Isabel Cristina Alves da Silva. **PNE, a BNCC e as ameaças à democracia** [Artigo de opinião]. Rio de Janeiro: Portal ANPED, 12 set. 2016 (21h 18min), n. p. - Atualizado em 5 jan. 2018 (11h 8min). Disponível em: <http://www.anped.org.br/news/pne-bncc-e-ameacas-democracia-na-educacao>. Acesso em: 15/11/2024.

NEIRA, Marcos Garcia; ALVIANO JÚNIOR, Wilson; ALMEIDA, Déberson Ferreira. A primeira e segunda versões da BNCC: Construção, intenções e condicionantes. **EccoS - Rev. Cient**, São Paulo, n. 41, p. 31-44, set./dez. 2016.

NUNES, César Aparecido. **Filosofia, sexualidade e educação: as relações entre os pressupostos ético-sociais e histórico-culturais presentes nas abordagens institucionais sobre a educação sexual escolar**. 1996. 330 f. Tese (Doutorado em Educação). Campinas: Universidade Estadual de Campinas, 1996.

MOÇAMBIQUE. Ministério da Educação e Cultura. **Plano Estratégico de Educação 1999-2003: “Combater a exclusão, renovar a escola”**. Maputo: Ministério da Educação e Cultura, 1998.

MOÇAMBIQUE. Ministério da Educação e Cultura. **Plano Estratégico da Educação 2020-2029: por uma educação inclusiva, patriótica e de qualidade**. Maputo: Ministério da Educação e Cultura, 2020.

RIBEIRO, Paulo Rennes Marçal. **Doutor em sexo**. [Entrevista a Celso Gallo]. A cidade ON Araraquara, Araraquara, 22 set. 2013.

RIBEIRO, Paulo Rennes Marçal. **Educação Sexual: Princípios para ação**. Doxa, v. 15, n. 1, p. 75-84, 2011.

VICENTE, Luciane da Silva. A educação sexual nas diferentes versões da Base Nacional Comum Curricular: da abertura ao silenciamento em torno da temática. **Educação em Revista**, Belo Horizonte, v. 40, e45439, 2024. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/0102-469845439>. Acesso em: 15/11/2024.